

EDITAL RETIFICADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Pré-Qualificação: N.º 001/2021

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DE EMPRESAS INTERESSADAS EM PROVER SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM.

Edital disponível no sítio: www.prodemge.gov.br

RECIBO

O(A) interessado (a) _____ retirou o Edital do processo para **PRE-QUALIFICAÇÃO 001/2021** e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail _____ ou pelo fax: _____.

_____, aos ____/____/____.

Nome completo: _____

Cargo: _____

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À GERÊNCIA DE COMPRAS (GCO) – PRODEMGE, PELO E-MAIL COMPRAS@PRODEMGE.GOV.BR P/ EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

EDITAL RETIFICADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

INDICE

- 1- PREÂMBULO**
- 2- DO OBJETO**
- 3- DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**
- 4- DAS CONDIÇÕES DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO**
- 5- DO CADASTRAMENTO PARA A PRÉ-QUALIFICAÇÃO**
- 6- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO PARTICIPANTE**
- 7- DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO**
- 8- DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS OU DE PROTOTIPO OU DA PROVA DE CONCEITO**
- 9 - DO JULGAMENTO**
- 10 – DO RECURSO**
- 11- DA HOMOLOGAÇÃO**
- 12- DISPOSIÇÕES GERAIS**
- GLOSSÁRIO DE TERMOS**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES E IMPEDITIVOS

ANEXO III – MODELO CERTIFICADO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO

EDITAL RETIFICADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Processo n.º: 001/2021

1 – PREÂMBULO

1.1 – A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, CNPJ 16.636.540/0001-04, localizada à Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Edifício Gerais, Bairro Serra Verde (Venda Nova), Belo Horizonte/MG, tendo em vista a Deliberação de Diretoria 017, de 17/02/2021, torna pública, para conhecimento dos interessados a abertura do Edital nº 001/2021 por intermédio do site www.prodemge.gov.br, destinado à pré-qualificação permanente de empresas interessadas, conforme objeto citado no item 2, deste Edital.

1.2 – O presente Edital foi elaborado conforme minuta padrão aprovada, nos termos do artigo 45 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODEMGE- RILC, pela Assessoria Jurídica por meio do Parecer n.º 050/2021.

1.3 – A competência para assinatura deste Edital foi delegada pela Portaria da Presidência PP 038/2019, de 06/09/2019.

1.4 - O processo de pré-qualificação será conduzido pela Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente designada pela Portaria da Presidência nº 028/2020, de 06/11/2020.

1.5 – A presente pré-qualificação será regida por este Edital e seus anexos, pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODEMGE – RILC, pela Lei Federal nº. 13.303 de 30 de junho de 2016 e alterações posteriores.

1.6 - O edital e seus anexos serão publicados no sítio eletrônico da PRODEMGE www.prodemge.gov.br/fornecedor/pre-qualificacao, após a publicação no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais.

1.7 - Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF).

2 – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste Edital a pré-qualificação permanente de fornecedores interessados em prestar serviços de computação em nuvem, conforme detalhamentos contidos no Anexo I – Termo de Referência.

3 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 – Os esclarecimentos de dúvidas e pedidos de impugnações quanto ao Edital e seus anexos deverão ser dirigidos à Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente, exclusivamente pelo e-mail: compras@prodemge.gov.br com cópia para preq.nuvem@prodemge.gov.br, até 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do aviso do Edital no órgão de imprensa oficial do Estado de Minas Gerais.

3.2 - Nos pedidos de esclarecimentos e impugnações encaminhados, os interessados deverão se identificar; caso seja pessoa jurídica, informar CNPJ, razão social, nome do representante, e-mail e telefone; em caso de pessoa física, incluir CPF, nome completo, e-mail e telefone.

3.3 - Não serão recebidos pedidos de esclarecimentos ou impugnações enviadas por meios diversos do previsto no subitem 3.1, exceto em caso de indisponibilidade técnica, quando serão aceitos, alternativamente, através de outro e-mail, observados os prazos do subitem supracitado.

3.4 - Os esclarecimentos e impugnações serão respondidos em até 03 (três) dias úteis e disponibilizados em campo próprio no site da PRODEMGE www.prodemge.gov.br/fornecedor/pre-qualificacao, para conhecimento de todos os interessados.

3.4.1 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações aderem a este Edital dele fazendo parte, vinculando a Administração e demais interessados.

3.5 - Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no edital.

3.6 - A contagem dos prazos de respostas a que se refere este edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, considerando dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente da administração.

3.7 - As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas.

3.8 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a abertura da pré-qualificação.

3.9 - A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras da pré-qualificação.

4 - DAS CONDIÇÕES DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

4.1 - Poderá participar qualquer pessoa jurídica ou pessoa física que atenda as exigências contidas nesse instrumento e seus anexos e interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, **previamente cadastrados perante o Portal de Compras do Estado de Minas Gerais.**

4.2 - A participação neste processo implica a aceitação integral dos termos e condições previstas neste Edital e seus Anexos, bem como das normas legais e regulamentares que o fundamentam.

4.3 - O PROPONENTE arcará integralmente com todos os custos decorrentes de sua participação nesse edital.

4.4 - Todos os custos decorrentes como impostos, tributos, encargos e/ou quaisquer outros serviços e ônus que porventura possam recair sobre os PROPONENTES durante o processo de pré-qualificação, durante a vigência da pré-qualificação e nos processos de Chamadas de Oportunidade serão de responsabilidade exclusiva dos PROPONENTES.

4.5 - A presente pré-qualificação destina-se a verificar as condições de habilitação dos interessados em participarem dos procedimentos licitatórios os quais a PRODEMGE vier a realizar para o objeto descrito no subitem 2.1.

4.6 - O procedimento de pré-qualificação será conduzido pela Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente, que noticiará todos os atos relativos ao procedimento, tais como recebimento de documentação, julgamentos e avisos, no site da PRODEMGE www.prodemge.gov.br/fornecedor/pre-qualificacao.

4.7 - A Pré-qualificação terá vigência máxima de 01 (um) ano a partir da homologação, devidamente publicada, podendo ser atualizada a qualquer tempo.

4.8 - O procedimento de Pré-qualificação é público e permanentemente aberto, disponível para inscrição e consulta integral por qualquer interessado.

4.9 - Antes das licitações relacionadas ao objeto desta Pré-qualificação, a PRODEMGE publicará aviso no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais, com a devida antecedência na forma da Lei, bem como determinará o prazo final para recebimento de Pedidos de Pré-qualificação para as respectivas contratações.

4.9.1 - Somente poderão participar das respectivas licitações os que forem considerados pré-qualificados até a data assinalada no aviso a ser publicado, bem como aqueles que tiverem a entrada no seu pedido de pré-qualificação até a data assinalada no aviso e, posteriormente, venham a ser considerados pré-qualificados por atenderem às exigências desta Convocação.

4.9.2 - Após a data final fixada pelo aviso, o participante poderá inscrever-se na Pré-qualificação e, caso seja aprovado, poderá participar de uma licitação futura vinculada a um novo aviso.

4.9.3 - O registro dos pré-qualificados poderá ser alterado, suspenso ou cancelado a qualquer tempo, quando este deixar de satisfazer as exigências estabelecidas neste edital e no subitem 11.5 do Anexo I – Termo de Referência. Dessa decisão cabe a interposição de recurso, na forma do item 10 deste edital.

4.10 - Estão impedidos de participar interessados que:

4.10.1 - Se enquadrem em um ou mais dispositivos dos artigos 38 e 44 da Lei 13.303/2016.

4.10.2 - Se enquadrem em um ou mais dispositivos do artigo 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Prodemge – RILC, disponível em www.prodemge.gov.br.

4.10.3 - Para fins de habilitação, será feita consulta ao CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitarem com a Administração Pública Estadual, conforme disposto no art. 52 do Decreto Estadual 45.902/2012 e também ao CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

4.10.4 - Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República.

4.11 – A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do interessado que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

5 - DO CADASTRAMENTO PARA A PRÉ-QUALIFICAÇÃO

5.1 – A Prodemge utilizará o Cadastro Geral de Fornecedores do Governo do Estado de Minas Gerais – CAGEF, para conferência e atualização da documentação de habilitação. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão cadastrar-se pelo site www.compras.mg.gov.br (opção “CADASTRO DE NOVOS FORNECEDORES”), conforme instruções nele contidas e no Decreto Estadual 45.902/2012.

5.2 – O Proponente deverá credenciar pelo menos um representante para desempenhar as atividades em seu nome.

5.3 – O cadastramento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do proponente, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, coordenadora do sistema eletrônico, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3.1 – O cadastramento do proponente junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações. Informações complementares a respeito do cadastramento deverão ser obtidas no site www.compras.mg.gov.br em Cadastro de Fornecedores ou e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br.

5.4 – Informações complementares a respeito do cadastramento deverão ser obtidas no site www.compras.mg.gov.br em Cadastro de Fornecedores ou e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br.

5.5 - O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG será usado para substituir os documentos de habilitação exigidos neste Edital, desde que este esteja com sua validade em vigor.

5.6 - Na hipótese dos documentos indicados no CRC estarem vencidos, estes deverão ser apresentados com validade em vigor.

5.7 - Serão analisados no certificado somente os documentos exigidos para esta pré-qualificação, sendo desconsiderados todos os outros documentos, mesmo que estejam com validade expirada.

5.8 – O proponente deverá manter o CRC atualizado, para fins de consulta da manutenção de sua habilitação.

6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO INTERESSADO

6.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual.

6.1.2 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores.

6.1.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

6.1.4 – Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

6.1.4.1 - Para a habilitação, as empresas estrangeiras encaminharão documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

6.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.2.1 – A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á apresentação de balanço patrimonial do último exercício social exigível na forma da lei.

6.2.1.1 - A qualificação econômico-financeira será comprovada por meio dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um inteiro). Caso estes índices sejam iguais ou inferiores a 1,00 (um inteiro), a licitante deverá possuir patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

6.2.1.2 - No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica.

6.3 – REGULARIDADE FISCAL

6.3.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, conforme o caso;

6.3.2 – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

6.3.3 – Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

6.3.4 - Prova de regularidade perante a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, mediante a apresentação da Certidão de Débito Tributário - CDT.

6.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.4.1 – Conforme todo item 9 do Anexo I – Termo de Referência.

6.5 – DECLARAÇÕES

6.5.1 – Deverá ser apresentada a declaração modelo do Anexo II – Declaração de fatos supervenientes e impeditivos, que deverá ter assinatura identificada do representante legal ou procurador.

6.5.2 – As declarações apresentadas para este processo não precisam ter firma reconhecida. As assinaturas serão conferidas com base na documentação do representante legal.

6.5.3 – Em caso de dúvida sobre a autenticidade da assinatura, poderá se exigir o reconhecimento de firma, conforme previsto no artigo 17 da Lei Estadual n.º 14.184/02.

6.5.4 – Serão aceitos no processo, para todos os efeitos legais, documentos elaborados e assinados por meio de recursos de certificação digital, realizada por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira - ICP Brasil.

7 - ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

7.1- Não há sessão pública para recebimento da documentação. O envio da mesma será a partir da forma indicada no Edital.

7.2 - Não há limite para o prazo de entrega da documentação para o processo de pré-qualificação, uma vez que o mesmo é permanente.

7.3 – A entrega da documentação poderá ocorrer das seguintes formas:

7.3.1 – Por e-mail, atendendo as orientações abaixo:

- a) Se a documentação for enviada via e-mail, todos os documentos anexados deverão ser assinados digitalmente, conforme legislação em vigor.
- b) Os interessados deverão enviar a documentação de habilitação, exigida de acordo com as normas deste edital, para a Comissão Especial de Pré-Qualificação – e-mail: peq.nuvem@prodemge.gov.br.
- c) O e-mail deverá conter em seu ASSUNTO os seguintes dizeres: Pré-Qualificação <número do edital> - <Nome e CNPJ do PROPONENTE>
- d) Caso os anexos ultrapassem o limite de tamanho do e-mail (20MB), as interessadas poderão enviar e-mails adicionais informando no assunto quantos e-mails serão e o número do e-mail na sequência. Neste caso os e-mails deverão conter em seu ASSUNTO os seguintes dizeres: Pré-Qualificação <número do chamamento público - <Nome e CNPJ do PROPONENTE> - <número de sequência do e-mail> - < total de e-mails enviados>
- e) Outras informações exigidas no item 11.3 do Anexo I - Termo de Referência.

7.3.2 – Por via física, dirigida para COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRODEMGE, atendendo as orientações abaixo:

- a) Entrega de cópia autenticada de toda documentação ou cópia simples, mediante apresentação de toda documentação original, diretamente ao responsável da Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente, mediante agendamento pelo e-mail: peq.nuvem@prodemge.gov.br, no endereço: Rua da Bahia, nº 2.277, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160-012 a ser protocolada no ato da entrega.
- b) Entrega de **cópia autenticada** de toda documentação, **em envelope fechado**, no endereço: Rua da Bahia, nº 2.277, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160-012, aos cuidados da Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente. A entrega **da cópia autenticada** deverá ser direcionada ao Correio Central da Prodemge, em horário comercial.

7.3.2.1 - A PRODEMGE não se responsabilizará por envelopes e por documentação que não sejam entregues nas formas descritas acima.

7.3.2.2 – Em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da documentação da forma citada no item b, a Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente irá enviar um e-mail de resposta protocolando a entrega.

7.3.2.3 - Para controle da documentação constante do envelope, o PROPONENTE deverá apresentá-la devidamente encadernada e numerada, de forma a explicitar o número de páginas total do caderno.

7.3.2.4 - O envelope deverá conter em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE
Pré-Qualificação < número do edital de pré-qualificação>
Proposta do PROPONENTE: <Nome e CNPJ do PROPONENTE>
Documentação Técnica.

7.4 - A pré-qualificação permanente para empresas PROPONENTES permanecerá aberta até ulterior deliberação da PRODEMGE, que também será publicada no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais.

7.5 - Outras informações exigidas no subitem 11.4 do Anexo I - Termo de Referência.

8 – DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS OU DE PROTÓTIPO OU DA PROVA DE CONCEITO

8.1 – Não há apresentação de amostra ou protótipo ou prova de conceito para a presente pré-qualificação.

9 – DO JULGAMENTO

9.1 – Os documentos recebidos serão analisados pela Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente, que decidirá, com base na documentação apresentada pelos interessados para atendimento aos requisitos deste edital, pela pré-qualificação ou não dos requerentes.

9.2 - A fim de verificar se existe restrição do interessado ao direito de participar em futuras licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, a Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente consultará os cadastros mantidos para esta finalidade.

9.3 - É facultado à Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente promover diligência destinada a esclarecer ou complementar informações sobre qualquer documento apresentado pelos PROPONENTES.

9.4 - A PRODEMGE, por meio da Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega da documentação pelas interessadas, para avaliar a documentação e emitir o parecer sobre a pré-qualificação ou não do PROPONENTE.

9.4.1 – O prazo poderá ser prorrogado, por necessidade da PRODEMGE, desde que devidamente justificada. Nos casos em que ocorrer a prorrogação, a PRODEMGE publicará no sítio eletrônico

próprio.

9.5 – Na ausência de qualquer documento exigido, a Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente enviará o pedido de emenda para regularização com prazo de até 03 (três) dias úteis. Caso não haja resposta do Proponente, o pedido de pré-qualificação será rejeitado.

9.6 - Serão inabilitados os interessados que:

- a) não atenderem às exigências deste Edital;
- b) não apresentarem os documentos exigidos no item 6 deste Edital;
- c) apresentarem qualquer impedimento à participação nesta Pré-Qualificação.

9.7 - O resultado preliminar do julgamento será divulgado no site da PRODEMGE: www.prodemge.gov.br/fornecedor/pre-qualificacao, sendo aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para eventual interposição de recursos.

9.8 – O resultado do julgamento final será divulgado quinzenalmente no site da PRODEMGE: www.prodemge.gov.br/fornecedor/pre-qualificacao.

10- DO RECURSO

10.1 – Os requerentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação a que se refere o subitem 9.7 para apresentar recurso contra a decisão pela pré-qualificação ou não pré-qualificação, na forma do art. 59, §1º da Lei Federal nº 13.303/2016.

10.2 – Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para os demais interessados apresentarem contrarrazões, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos, solicitado através do e-mail: **compras@prodemge.gov.br** com cópia para **preq.nuvem@prodemge.gov.br**.

10.3 – O encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais Proponentes deverá ser feito por meio eletrônico, exclusivamente através do e-mail **compras@prodemge.gov.br** com cópia para **preq.nuvem@prodemge.gov.br**.

10.4 – Não serão reconhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais e em desconformidade com o estabelecido no Edital.

10.5 – Os recursos deverão ser julgados em até 05 (cinco) dias úteis e terão igual prazo para sua publicação no site www.prodemge.gov.br/fornecedor/pre-qualificacao e no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais.

10.6 - A interposição de recurso não produz efeito suspensivo, mantendo-se a tramitação normal das outras solicitações de Pré-qualificação que não sejam impactadas pelo recurso.

10.7 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8 - Em caso de interposição de recurso com fim indevido de retardar o andamento da Pré-qualificação, a PRODEMGE pode imputar sanção ao participante, nos termos previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da PRODEMGE.

11 – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Inexistindo manifestação recursal, a autoridade competente homologará o resultado da pré-qualificação.

11.2 – Havendo interposição de recurso, e sendo o julgamento favorável ao Proponente, a Autoridade Competente da Prodemge homologará a pré-qualificação do proponente.

11.3 - A publicidade da homologação será realizada nos sites www.prodemge.gov.br/fornecedor/pre-qualificacao e no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais.

11.4 – A Prodemge emitirá então o Certificado de Pré-Qualificação, conforme **Anexo III**, disponibilizado ao proponente em até 30 (trinta) dias corridos após a homologação, com validade de 12 (doze) meses contados de sua emissão.

12 – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - A participação do interessado implica a aceitação integral e irrevogável dos termos do presente Edital, não se admitindo alegações futuras de desconhecimento de fatos que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto para futura licitação.

12.2 - A realização desta pré-qualificação para o objeto tratado no item 2.1 não obriga a PRODEMGE à contratação imediata ou futura em função desse processo de pré-qualificação, nem a licitar o mesmo.

12.3 - Havendo a necessidade de realizar o processo licitatório, todos os proponentes pré-qualificados nesse edital serão convidados a participar, o que não garante sua contratação, haja vista que as aquisições e contratações realizadas pela PRODEMGE devem se guiar pelo princípio da vantagem.

12.4 - Os interessados serão reavaliados quanto aos requisitos exigidos para a pré-qualificação quando houver qualquer alteração na sua composição societária, representantes legais ou outro motivo que o justifique, sendo obrigação dos pré-qualificados informar à PRODEMGE a ocorrência de tais circunstâncias e manter atualizado cadastro e demais condições exigidas quando do requerimento.

12.5 - A interessada habilitada poderá desistir da sua pré-qualificação apresentando, a qualquer momento, a contar da data de publicação no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais, sua intenção através da entrega de documento formal à Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente em meio eletrônico ou em papel.

12.6 - Poderá o PROPONENTE perder a sua condição de pré-qualificada, se a PRODEMGE tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente, só conhecido após o julgamento, que desabone sua habilitação.

12.7 - Um PROPONENTE poderá representar mais de uma classe de produto/serviço, conforme item 4.3 do Anexo I – Termo de Referência.

12.8 – Os documentos que não possuírem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor ou pelo Edital, deverão estar datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

12.9 – A suspensão temporária da pré-qualificação poderá ocorrer nas condições estabelecidas no subitem 11.5 do Anexo I – Termo de Referência.

12.10 - A Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e de sua validade jurídica, relevando omissões puramente formais observadas na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do processo, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos interessados lhe atribuindo validade e eficácia para fins de habilitação.

12.11 – A presente pré-qualificação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado, sem que, por isso, caiba aos pré-qualificados qualquer direito a reclamação ou indenização.

12.12 - Todos os atestados, documentos e certificações emitidos em idioma diferente do português, deverão ser acompanhados de traduções, simples ou juramentadas.

12.13 - Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

12.14 – As informações e os atos praticados e pertinentes à presente pré-qualificação serão disponibilizados no site da PRODEMGE www.prodemge.gov.br/fornecedor/pre-qualificacao, garantindo ampla publicidade.

12.15 – Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES E IMPEDITIVOS

ANEXO III – MODELO CERTIFICADO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Belo Horizonte, de 13 de setembro de 2021

Ladimir Lourenço dos Santos Freitas

Diretor

Diretoria Técnica

Roberto Tostes Reis

Diretor-Presidente

Presidência